

Uma renegociação delicada

O novo governo brasileiro inicia amanhã em Nova York contatos com o comitê de assessoramento dos bancos credores. Lamenta-se que os primeiros passos de uma renegociação — que conforme promessa do presidente Fernando Collor de Mello deveria ocorrer já no dia seguinte à sua posse — tenham demorado tanto, dando a impressão de que o Brasil pretendia prolongar uma situação de insolvência, o que certamente não contribuiu para prestigiar sua política entre os banqueiros internacionais, enquanto em outros círculos se reconhecem os louváveis esforços do novo governo. O retardado início da renegociação ocorre num momento delicado, em que nuvens negras ameaçam a economia mundial e, em particular, a brasileira. Cumpre saber que se trata de uma renegociação difícil e, ademais, essencial à nossa vida econômica.

Depois de imaginar que poderíamos impor uma renegociação revolucionária num estilo novo que, entre outras propostas, incluía a eliminação do comitê de assessoramento dos bancos credores e a suspensão do aval do Tesouro Nacional, seguimos agora um caminho ortodoxo. A única inovação foi a inclusão, aos 16 bancos do comitê, de seis novos membros, visando

eliminar a predominância dos estabelecimentos norte-americanos (seis sobre 16). A iniciativa — possivelmente onerosa ao Brasil, uma vez que ao que parece não conseguimos eliminar até agora a cláusula que nos obriga a arcar com os gastos da renegociação — poderá oferecer ainda surpresas desagradáveis com a participação de novos membros, que poderão ser ainda mais ortodoxos e intransigentes que os banqueiros norte-americanos (pensamos notadamente nos bancos alemães e suíços, cujas provisões elevadas permitem maior resistência às pretensões brasileiras), sem falar da posição dos bancos franceses, que ganham força no comitê e acabam de reduzir o prazo das suas linhas de crédito comerciais.

Conforme diz com razão o nosso embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa, Jório Dauster, devemos deixar de pensar na renegociação como se se tratasse de um jogo Fla-Flu. A rigor, nesse tipo de acordo não pode haver nem vencedor nem vencido. Ambas as partes têm de sair satisfeitas da renegociação. Não podemos no entanto menosprezar as dificuldades a superar.

Os maiores credores, os bancos norte-americanos, atravessam fase muito difícil pois ao

problema da dívida externa — não paga pelos seus clientes do Terceiro Mundo — acrescenta-se o do crédito imobiliário, ainda mais grave. É essencial a esses bancos que o Brasil pague algo dos atrasados antes do final do ano para que não tenham de fazer novas provisões, impostas pelas autoridades monetárias dos EUA. Aos credores é muito difícil entender que uma nação como o Brasil, possuidora de reservas internacionais elevadas (que suspeitam sejam superiores ao oficialmente anunciado), tenha suspenso por mais de um ano o pagamento dos juros, obtendo desse modo uma desvalorização extraordinária dos títulos brasileiros no mercado secundário em que — parece-lhes ainda mais grave — o País recomprou seus títulos. Não entenderam ainda os credores que a dívida externa do Brasil não é questão de disponibilidade de divisas, mas problema fiscal altamente delicado por ter o governo assumido a maior parte dos débitos das empresas estatais e do setor público.

O Brasil está em situação muito difícil neste momento para avaliar suas disponibilidades. É um dos países mais atingidos pela crise do Golfo Pérsico, que se traduz por ampliação dos gastos de importação de petróleo e redução das suas expor-

tações. Por outro lado, não é fácil também prever a evolução das taxas de juro no mercado internacional. Cumpre portanto oferecer algo aos credores, que provavelmente aguardam gesto de boa vontade para iniciar as conversações com o Brasil, que ao que parece os senadores de Brasília desejam ignorar.

A fraqueza da posição de intransigência do Brasil se liga ao fato de que outros países em situação semelhante conseguiram chegar a um acordo com os bancos credores sem ter de renunciar ao equilíbrio das contas públicas nem aceitar recessão violenta, obtendo mesmo assim redução significativa da taxa de inflação. O Brasil parece estar certo de que a renegociação em nada favorecerá novas entradas de capitais do Exterior. Provavelmente nos será difícil obter *new money* de longo prazo, mas poderemos conseguir novas linhas de crédito de curto prazo e uma retomada dos investimentos estrangeiros, sem falar dos empréstimos dos organismos internacionais ou oficiais de crédito que, conforme diz o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, poderão ser liberados no dia em que estiverem convencidos de que as negociações entre o Brasil e seus credores estarão bem encaminhadas, afigurando-se promissoras.